

## APRESENTAÇÃO

Ao longo de sua história, os **encontros sobre línguas e culturas Macro-Jê** constituíram não só um importante espaço acadêmico de divulgação de pesquisas, mas também de reflexão e discussão de questões fundamentais que singularizam os povos macro-jê dentro do universo mais amplo das populações indígenas do Brasil. A cada edição do Encontro Macro-Jê expande-se esse espaço, reunindo docentes e pesquisadores indígenas e não indígenas a partir de diversas perspectivas teóricas e de campos do conhecimento que dialogam e se entrecruzam, como são as Ciências Humanas e Sociais. Em 2018, a **Universidade Federal de Mato Grosso**, Campus Universitário do Araguaia, em Barra do Garças, sediou e realizou o IX Encontro Macro-Jê, no período de 19 a 22 de junho.

Nesse ambiente multidisciplinar, o dossiê **Línguas e Culturas Macro-Jê: novos horizontes de pesquisas e análises** reúne artigos que resultaram de versões revistas e ampliadas de apresentações em mesas redondas e comunicações orais, ocorridas durante o evento.

O artigo que abre este dossiê, *Os Tapuias, ecos do passado*, de Wilmar da Rocha D'Angelis, apresenta um panorama, a partir da análise de registros do período colonial, da etimologia e, ao mesmo tempo, da construção de uma categoria étnica forçada que classificou povos falantes de diferentes línguas como *tapuias*, em oposição aos povos Tupí da costa com os quais a colonização portuguesa estabeleceu os primeiros contatos. D'Angelis destaca como a categoria “tapuia” ainda ecoa nos dias atuais, incidindo, inclusive, nas classificações linguísticas em torno da constituição interna do tronco Macro-Jê.

Nanblá Gakran, em *Marcação de gênero em Laklãnõ*, explora a expressão de gênero gramatical e os dispositivos morfossintáticos por meio dos quais ela se realiza nessa língua que, junto com a língua Kaingáng, constitui o ramo meridional da família Jê. Diferentemente do que é visto em muitas línguas Jê, a

marcação de gênero em Laklãnõ é altamente elaborada em termos gramaticais, em que as diversas formas pelas quais tal categoria gramatical se expressa leva em consideração parâmetros semânticos, como animacidade e humanidade, e morfossintáticos. Em face do reduzido número de falante, o que torna a língua Laklãnõ ameaçada de extinção, como falante nativo, o autor pontua que estudos dessa natureza possam contribuir para a manutenção e vitalidade das práticas linguísticas e culturais nas comunidades do povo laklãnõ.

Em *Morfossintaxe verbal das variedades faladas pelos povos Gavião do Pará e do Maranhão*, João Henrique Santos de Souza e Fábio Bonfim Duarte abordam o sistema de marcação de Caso em Parkatêjê e Pykobjê respectivamente, e os distintos modos em que os argumentos do verbo são marcados em diferentes configurações morfossintáticas. Em ambas as línguas, manifestam-se os padrões de marcação de Caso (i) nominativo-acusativo, (ii) ergativo-absolutivo, e (iii) dativo-acusativo. Segundo a proposta dos autores, a alternância entre os dois primeiros padrões está relacionada com o traço aspectual (perfectivo vs. imperfectivo) da sentença, enquanto o último está diretamente associado à semântica de verbos psicológicos. Com base em Woolford (2009), a existência de cisões no sistema de marcação de Caso caracteriza as línguas Parkatêjê e Pykobjê como línguas de Marcação Diferencial do Sujeito (*Differential Subject Marking*).

A criação de novas palavras mediante recursos próprios da língua em oposição às influências do português, como língua majoritária, é o foco do artigo *Criações endógenas em Kaingang como estratégia de preservação lexical*, de Fabiana Alencar da Silva e Gean Nunes Damulakis. Neste estudo, os autores analisam a permanência ou desuso de uma amostra de palavras coletadas a partir da variedade da língua Kaingang falada nas TI Nonoai e Serrinha, ambas localizadas no Rio Grande do Sul. Com base na análise apresentada, são identificados dois processos principais de nomeação de elementos culturais emprestados: (i) empréstimos lexicais e (ii) criações endógenas. Os resultados apontam que as criações endógenas são preferidas pelos falantes, indicando, assim, uma atitude

linguística de preservação lexical da língua Kaingang. O estudo ainda discute a relevância de tornar consciente tais criações lexicais para os falantes, sobretudo, nos processos de ensino da língua na escola, como forma de enfrentar as pressões sofridas pelo português.

Isabella Ferro, Luana Camila Costa e Marcelo Silveira, em *O estado da arte no estudo dos verbos em Kaingang*, sistematizam dados relativos às pesquisas realizadas sobre a categoria ‘verbo’ na língua Kaingang. Por se tratar de uma língua Jê com uma considerável quantidade de registros escritos, os autores recortam a produção acadêmica sobre a língua a partir de 2004. Os resultados revelam o crescimento das pesquisas que exploram direta ou indiretamente a categoria ‘verbo’, orientadas em sua maioria por abordagens tipológico-funcionais. A síntese apresentada pelos autores indica quais direções as pesquisas atuais sobre a língua Kaingang podem tomar, mediante o exame de tópicos pouco explorados, como processos de mudança de valência, verbos classificatórios, supleção verbal, finitude etc., considerando que a maioria das categorias gramaticais associadas ao verbo são expressas mais por dispositivos sintáticos que morfológicos.

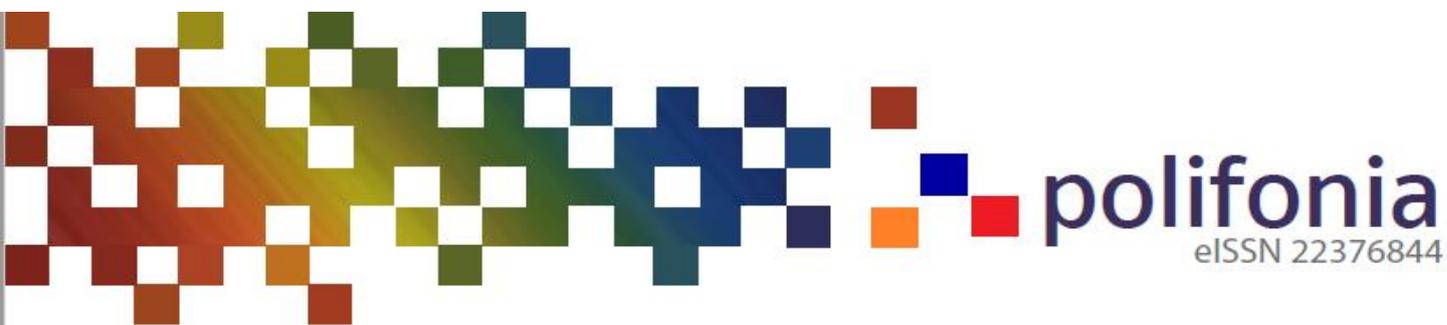
Em “*Cinema nas aldeias Xavante: ver, ouvir e debater*” – *O cinema indígena como arma contra a discriminação e a desinformação*, Maíra Ribeiro e Gilson Moraes da Costa relatam a experiência que resultou da reunião de algumas produções cinematográficas em uma coleção de 6 DVDs e 7 filmes em sua maioria sobre o povo Xavante, dentro do projeto de mesmo nome, realizado em 2015. Essa ação foi proposta e executada pela Coordenação Regional Xavante da Fundação Nacional do Índio, em 2017, que exibiu tais produções em sessões itinerantes em várias aldeias Xavante e sua distribuição para as todas escolas das Terras Indígenas. Além das escolas indígenas, o excedente foi distribuído para instituições não-indígenas por meio de chamada pública, tendo sido selecionadas 94 propostas de 78 município em 23 estados. Os resultados dessa ação são apresentados por meio de depoimentos dos organizadores de sessões, cuja maioria relata a mudança de perspectiva sobre os povos indígenas, especialmente, o povo Xavante. Os autores

pontuam que ações dessa natureza são fundamentais para a criação e promoção de espaços de reflexão sobre a realidade indígena brasileira, bem como destacam o uso da linguagem audiovisual como instrumento educativo contra a desinformação e o preconceito ainda patente na sociedade quando se trata dos povos indígenas.

Edna Silva Faria, em seu artigo, *#velhaparaíso: o discurso de empoderamento e resistência em propagandas de uma marca de cosmético*, demonstra o processo de construção discursiva para o empoderamento de mulheres, tomando como objeto de análise propagandas de uma marca de cosméticos. Neste artigo, a autora também analisa os recursos argumentativos empregados no processo de empoderamento, cujos efeitos discursivos pretendidos buscam romper com a concepção de que não há idade determinada para se fazer o que se deseja.

Em *O trabalho com a oralidade por meio do gênero poema na educação infantil*, Diogo Fernando Santos e Maria José Milharezi Abud elaboram uma proposta de ensino a partir do gênero poema na educação infantil. O texto fundamenta-se nas recentes concepções sobre ensino e aprendizagem contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e nas contribuições teóricas de Vigostki (2009) e de Schneuwly (2004). Ainda que a cultura escolar seja grafocêntrica, os resultados mostraram que o trabalho com a linguagem oral, enquanto conteúdo de ensino, precisa ser sistematizado, ter uma coerência e um direcionamento pautado em objetivos claros pensados pelo próprio professor.

Aos artigos publicados, nesse dossiê, somam-se, ainda, entrevistas com a linguista, Leopoldina Araújo, realizada pelo Prof. Dr. Lucivaldo Silva da Costa, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e com a antropóloga, Iara Ferraz, realizada pela Prof.<sup>a</sup> Me. Quélvia Souza Tavares, do Instituto Federal do Pará (IFPA). A trajetória de ambas pesquisadoras se caracteriza por um longo e contínuo período de pesquisa e dedicação junto ao povo Parkatêjê, conhecido também como Gavião do Pará, cujo território está localizado na região sudeste do Pará. Tendo iniciado suas pesquisas ainda na década de 70, os fatos relatados por elas se entrecruzam em diversos momentos de atuação junto às



comunidades Parkatêjê e, ao mesmo tempo, coincidem com as mudanças socioculturais e econômicas pelas quais o povo Parkatêjê passou ao longo de sua história após o contato. As entrevistas são inspiradoras para os novos pesquisadores que se dedicam ao estudo com povos indígenas, cujas relações de amizade são marcadas fortemente pela troca mútua de conhecimentos e saberes.

Com esta publicação, o evento Macro-Jê cumpre mais uma vez seu papel social e científico de promover e difundir pesquisas realizadas no âmbito acadêmico que têm como eixo comum as línguas e culturas desses povos. Além disso, amplia na mesma medida seus horizontes de investigação e atuação de seus pesquisadores, a fim de contemplar e atender às demandas das comunidades indígenas diante do atual cenário de usurpação de seus territórios tradicionais e violação de seus direitos, inclusive, aqueles que lhes garantem o uso de suas línguas ancestrais e práticas culturais milenares.

Águeda Aparecida da Cruz Borges  
Áurea Cavalcante Santana  
Maxwell Gomes Miranda  
Organizadores